

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 163.075 - AC (2018/0345974-0)

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
SUSCITANTE : **JUÍZO DE DIREITO DA 2A VARA CÍVEL DE RIO BRANCO - AC**
SUSCITADO : **JUÍZO DE DIREITO DA 3A VARA CÍVEL DE PASSOS - MG**
INTERES. : **DIDEUS PANTOJA GALVAO**
ADVOGADO : **DENISE GUIMARÃES E CORRÊA RIBEIRO - MG130637**
INTERES. : **YMPACTUS COMERCIAL S/A**

EMENTA

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA COLETIVA. DOMICÍLIO DO BENEFICIÁRIO OU NO DISTRITO FEDERAL.

1. O cumprimento individual de sentença decorrente da ação civil pública pode ser processado perante o Juízo de domicílio do beneficiário ou no Distrito Federal.

2. Conflito de competência conhecido para declarar competente o Juízo de Direito da 3ª Vara Cível de Passos - MG.

DECISÃO

Cuida-se de conflito negativo de competência entre o JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DE RIO BRANCO - AC, suscitante, e o JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DE PASSOS - MG, suscitado.

Ação: de cumprimento de sentença coletiva (Processo nº. 0800224-44.2013.8.01.0001) ajuizada por Dideus Pantoja Galvão em desfavor de YAMPACTUS COMERCIAL LTDA.

Manifestação do Juízo suscitado: declinou de sua competência em favor do juízo suscitante, sob o argumento de que a sentença civil coletiva somente abrangerá os substituídos que tenham domicílio do âmbito de competência territorial do órgão prolator.

Manifestação do Juízo suscitante: suscitou o presente conflito de competência, asseverando que é prerrogativa do consumidor ajuizar a liquidação de sentença coletiva perante o foro de seu domicílio sem dependência relativamente ao juízo em que se deu o trâmite da ação civil pública respectiva.

Parecer do MPF: o i. Subprocurador-Geral da República, Dr.

Renato Brill de Goes, opinou pelo conhecimento do conflito, para declarar competente o juízo suscitado.

RELATADO O PROCESSO, DECIDO.

A 2ª Seção do STJ firmou a tese em julgamento de recurso representativo da controvérsia no sentido de que o cumprimento individual de sentença decorrente da ação civil pública, cuja discussão trata de interesse metaindividuais, pode ser processado perante o Juízo de domicílio do interessado. Confira-se a ementa do julgado:

"DIREITO PROCESSUAL. RECURSO REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA (ART. 543-C, CPC). DIREITOS METAINDIVIDUAIS. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. APADECO X BANESTADO. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. EXECUÇÃO/LIQUIDAÇÃO INDIVIDUAL. FORO COMPETENTE. ALCANCE OBJETIVO E SUBJETIVO DOS EFEITOS DA SENTENÇA COLETIVA. LIMITAÇÃO TERRITORIAL. IMPROPRIEDADE. REVISÃO JURISPRUDENCIAL. LIMITAÇÃO AOS ASSOCIADOS. INVIABILIDADE. OFENSA À COISA JULGADA.

1. Para efeitos do art. 543-C do CPC: 1.1. A liquidação e a execução individual de sentença genérica proferida em ação civil coletiva pode ser ajuizada no foro do domicílio do beneficiário, porquanto os efeitos e a eficácia da sentença não estão circunscritos a lindes geográficos, mas aos limites objetivos e subjetivos do que foi decidido, levando-se em conta, para tanto, sempre a extensão do dano e a qualidade dos interesses metaindividuais postos em juízo (arts. 468, 472 e 474, CPC e 93 e 103, CDC).

1.2. A sentença genérica proferida na ação civil coletiva ajuizada pela Apadeco, que condenou o Banestado ao pagamento dos chamados expurgos inflacionários sobre cadernetas de poupança, dispôs que seus efeitos alcançariam todos os poupadores da instituição financeira do Estado do Paraná. Por isso descabe a alteração do seu alcance em sede de liquidação/execução individual, sob pena de vulneração da coisa julgada. Assim, não se aplica ao caso a limitação contida no art. 2º-A, caput, da Lei n. 9.494/97.

2. Ressalva de fundamentação do Ministro Teori Albino Zavascki.

3. Recurso especial parcialmente conhecido e não provido." (REsp 1243887/PR, CORTE ESPECIAL, julgado em 19/10/2011, DJe 12/12/2011)

Da análise da petição inicial de fls. 8/15 (e-STJ), verifica-se que o beneficiário possui domicílio na cidade de Passos - MG, sendo possível,

portanto, o julgamento do cumprimento de sentença coletiva pelo Juízo suscitado.

Forte nessas razões, conheço do conflito e declaro competente o JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DE PASSOS - MG, suscitado.

Publique-se. Intimem-se. Oficie-se.

Brasília, 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Relatora

